

Assembleia

Comissão Constitucional

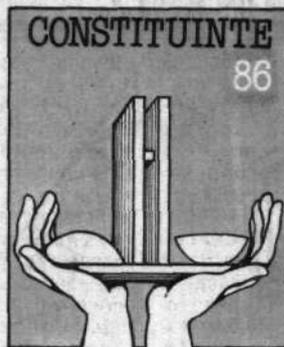
estão previstos para começar no próximo mês

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, entrega hoje ao presidente José Sarney a relação dos nomes que integrarão a Comissão Constitucional do Governo — presidida pelo professor Afonso Arinos com a presença do ex-deputado Célio Borja — que se encarregará da elaboração de um projeto de Constituição e coordenará os debates que precedem a instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

O decreto de instalação da comissão será assinado amanhã pelo Presidente. O secretário de Imprensa da Presidência, Fernando César Mesquita, informou que o anúncio formal dos nomes será feito pelo ministro Fernando Lyra.

— O presidente Sarney deverá participar da instalação da comissão, que ainda não tem data marcada, mas que deverá reunir os integrantes da comissão numa solenidade no Palácio do Planalto — confirmou o porta-voz.

O número de integrantes da comissão só será defini-



tivamente fixado, segundo Fernando César, após a conversa de hoje entre Lyra e José Sarney. O Presidente recebeu ontem, no final da tarde, o ex-senador Paulo Brossard, nome praticamente confirmado para a comissão.

MARÇO DE 86

O ministro Fernando Lyra admitiu ontem que o esboço de projeto constitucional deverá ser encaminhado ao Presidente até março de 1986. Confirmou

também que Sarney deverá assinar amanhã o decreto criando a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto. Mas sua composição só será anunciada no sábado pela manhã, porque o Governo tem interesse que os nomes sejam conhecidos apenas no domingo.

A decisão de separar o decreto dos nomes se deve, segundo Lyra, a uma atitude de cautela por parte do Governo. Dessa forma, tenta-se impedir eventuais trocas de nomes resultantes de recusas ou impedimentos de seus integrantes.

A instalação da Comissão Constitucional deverá se dar em agosto. Lyra informou também que haverá duas sessões solenes, uma no Palácio Itamarati, no Rio de Janeiro, em homenagem ao pai de Afonso Arinos, que presidiu a comissão em 1934. A segunda, no Ministério da Justiça, também de caráter simbólico. O funcionamento efetivo da Comissão será na Fundação Getúlio Vargas.

Engenheiros não ficam de fora

Rio — O presidente do Clube de Engenharia, Mathews Schnaider, encaminhou ontem ao presidente José Sarney uma carta na qual reitera o apoio da instituição ao Governo na formação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

No documento, Schnaider destaca a preocupação dos 350 mil profissionais de engenharia e solicita aos dirigentes da Nova República que "não deixem os engenheiros marginalizados do processo decisório de desenvolvimento do País".

Para os engenheiros, a elaboração da Constituinte representa um momento para construir um melhor modelo sócio-econômico e consolidar mudanças já preconizadas, como a reforma tributária e da própria Constituição.

Com a presença do pro-

fessor Célio Borja, assessor especial do presidente José Sarney, começa amanhã, na cidade de Nova Friburgo, a terceira reunião plenária da Indústria do Estado do Rio. O empresário Arthur João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Rio, explicou os objetivos da III Plenind, que discutirá assuntos como a Constituinte e pacto social.

Ele disse que o empresário fluminense não vai exercer qualquer tipo de influência na vida política que possa deformar o pensamento da comunidade brasileira. "O empresário deseja conviver harmoniosamente com a sociedade do País, para a consolidação da democracia". A III Plenind, pela primeira vez, foi dividida em quatro etapas, para abranger todas as regiões do Estado. As outras estão marcadas

para o próximo dia 18, em Volta Redonda; dia 26, em Macaé; e dia 31 deste mês, no Rio, com a participação de ministros de Estado.

"O deficiente e a Constituinte" é o tema do seminário que será realizado em setembro pela recém-criada Federação Paraense de Entidades de Deficientes Físicos, primeira organização do gênero a surgir no País. Seu presidente, Alberto Nogueira, explica que considera o seminário necessário, pois é preciso que haja, na próxima Constituição, uma definição mais clara da reserva de espaço para os deficientes no mercado de trabalho. "Existem hoje no Brasil cerca de 14 milhões de deficientes, que vivem de caridade ou sem desenvolver qualquer atividade, quando poderiam estar integrando o mercado de trabalho".

Sarney recebe nomes da

Decreto será assinado amanhã, mas os trabalhos

POLÍTICA

ANC
CPC